

# *Superior Tribunal de Justiça*

**EDcl no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.310.447 - RS  
(2018/0144856-5)**

**RELATOR : MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO**  
**EMBARGANTE : CARLOS ANTONIO GOMES**  
**EMBARGANTE : EUNICE TEREZINHA LISBOA SOARES GOMES**  
**ADVOGADOS : BÁRBARA TOMAZI MOREIRA - RS100446**  
**ANTONIO CARLOS GOMES E OUTRO(S) - RS106755**  
**EMBARGADO : INCOSIPLA INDUSTRIAL COURO SINTETICO E**  
**PLASTICO LTDA**  
**ADVOGADOS : GILSON FINKLER - ADMINISTRADOR JUDICIAL -**  
**RS031346**  
**GERSON IESBICK FINKLER E OUTRO(S) - RS062238**

## **EMENTA**

*EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. ART. 1.022 DO CPC/15. VÍCIOS. INEXISTÊNCIA. REDISCUSSÃO DE MATÉRIA JÁ DECIDIDA. ACLARATÓRIOS REJEITADOS.*

## **DECISÃO**

Vistos etc.

Trata-se de embargos de declaração opostos por EUNICE TEREZINHA LISBOA SOARES GOMES E OUTRO contra decisão assim ementada:

*AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA AOS FUNDAMENTOS DA DECISÃO AGRAVADA. ART. 932, INCISO III, DO CPC/2015. AGRAVO NÃO CONHECIDO.*

Os embargantes apontam, em síntese, a contradição do julgado, mormente no que tange às razões que ensejaram a aplicação da Súmula 7/STJ quanto à multa por embargos protelatórios. Aduzem a possibilidade de valoração das provas acostadas aos autos, bem como reprisam suas considerações de mérito. Alegam, ainda, obscuridade do julgado, porquanto não houve fundamentação genérica nas razões de seu agravo em recurso especial.

Não foi apresentada impugnação.

# *Superior Tribunal de Justiça*

É o breve relatório.

Os embargos declaratórios não merecem acolhida.

Nessa esteira, nos termos do art. 1.022 do CPC/2015 (art. 535 do CPC/1973), são cabíveis embargos de declaração apenas nas hipóteses de erro material, obscuridade, contradição ou omissão do julgado.

No caso, entretanto, não se configura a existência de quaisquer das deficiências em questão, pois a decisão embargada enfrentou e decidiu, de maneira integral e com fundamentação suficiente, toda a controvérsia posta no recurso.

Inicialmente, aponto que a contradição, nos termos do art. 1.022 do CPC/2015 (535 do CPC/73), se estabelece apenas no âmbito interno do acórdão embargado, ou seja, do julgado consigo mesmo, não se caracterizando como tal a suposta tese de inaplicabilidade de óbice sumular ou de existência de fundamentação em desacordo ao que alegam os recorrentes, como pretendem nesta via declaratória.

A contradição, é de se frisar, é vício intrínseco do julgado que se caracteriza pela existência de fundamentos antagônicos entre as razões de decidir, ou entre uma destas e o relatório ou à conclusão do julgado, capaz de gerar dúvida a respeito do que foi realmente apreciado pelo julgador, o que não se verifica na hipótese.

Veja-se, a propósito:

*AGRAVO REGIMENTAL EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO REIVINDICATÓRIA. ALEGAÇÃO DE USUCAPIÃO COMO MATÉRIA DE DEFESA. POSSIBILIDADE. RESSALVA DO TRIBUNAL DE ORIGEM DE QUE O ACOLHIMENTO DA TESE DA PRESCRIÇÃO AQUISITIVA NÃO IMPORTA NA AQUISIÇÃO DO DOMÍNIO. AÇÃO PRÓPRIA. NECESSIDADE. CONTRADIÇÃO. INEXISTÊNCIA.*

*1. "A contradição que dá ensejo aos embargos de declaração é a que se estabelece no âmbito interno do julgado embargado, ou seja, a contradição do julgado consigo mesmo, como quando, por exemplo, o dispositivo não decorre logicamente da fundamentação, e não a eventual contrariedade do acórdão com um parâmetro externo (um preceito normativo, um precedente jurisprudencial, uma*

# *Superior Tribunal de Justiça*

*prova etc)''*. (AgRg no REsp 987.769/DF, Rel. Ministro Teori Albino Zavascki, Primeira Turma, julgado em 06/12/2011, DJe 13/12/2011)

2. Na espécie, o Tribunal de origem ressaltou que a alegação de usucapião pode ser utilizada como matéria de defesa na ação reivindicatória; todavia, o pleno reconhecimento da satisfação de todos os requisitos exigidos para o usucapião é matéria reservada para a ação própria. Assim, acolhida a alegação de usucapião como matéria de defesa em ação reivindicatória, os réus não dispõem de título para a transcrição da propriedade no Cartório de Registro de Imóveis.

3. Dessa sorte, a conclusão adotada pelo Tribunal de origem está em consonância com a jurisprudência desta Corte Superior, de que "o acolhimento da tese de defesa, estribada na prescrição aquisitiva, com a conseqüente improcedência da reivindicatória, de forma alguma, implica a imediata transcrição do imóvel em nome da prescribente, ora recorrente, que, para tanto, deverá, por meio de ação própria, obter o reconhecimento judicial que declare a aquisição da propriedade" (REsp 652.449/SP, Rel. Ministro Massami Uyeda, Terceira Turma, julgado em 15/12/2009, DJe 23/03/2010).

4. Inocorrência de contradição no acórdão recorrido. Violação do disposto no art. 535 do CPC não verificada.

5. Agravo regimental não provido. (AgRg no REsp 1270530/MG, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 21/03/2013, DJe 05/04/2013) - g.n.

**EMBARGOS DECLARATÓRIOS NO AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. CONTRADIÇÃO. NÃO OCORRÊNCIA. EMBARGOS REJEITADOS.**

1. **Somente são devidos embargos de declaração para a correção de contradição interna do julgado, ou seja, aquela verificada entre a fundamentação e a conclusão da decisão.**

2. Não se caracteriza contradição, para os fins do art. 1.022 do CPC/2015, quando o acórdão proferido pelo órgão competente, julgando recurso adequadamente interposto pela parte interessada, reforma decisão monocrática anteriormente prolatada pelo Relator.

3. Embargos de declaração rejeitados. (EDcl no AgInt no AREsp 1028884/RJ, Rel. Ministro LÁZARO GUIMARÃES (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TRF 5ª REGIÃO),

**QUARTA TURMA, julgado em 19/04/2018, DJe 25/04/2018)**  
- g.n.

**PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. ART. 1.022 DO CPC/2015. OMISSÃO, CONTRADIÇÃO. ERRO MATERIAL. ACOLHIMENTO EM PARTE PARA INTEGRAR O JULGADO.**

1. Nos termos do que dispõe o artigo 1.022 do CPC/2015, cabem embargos de declaração contra qualquer decisão judicial para esclarecer obscuridade, eliminar contradição, suprir omissão de ponto ou questão sobre a qual devia se pronunciar o juiz de ofício ou a requerimento, bem como para corrigir erro material.

2. Não constatado que o acórdão embargado adotou premissa fática equivocada, rejeita-se o alegado erro de material.

3. **A contradição é vício intrínseco do julgado que se caracteriza pela existência de fundamentos antagônicos entre as razões de decidir, ou entre uma destas e o relatório ou à conclusão do julgado, capaz de gerar dúvida a respeito do que foi realmente apreciado pelo julgador. Vício não evidenciado.**

4. Na espécie, os embargos de declaração merecem parcial acolhimento, sem efeitos infringentes, tão somente para afastar a incidência da Súmula 182/STJ.

5. Embargos de declaração acolhidos em parte, sem efeitos infringentes. (EDcl no AgInt no REsp 1558445/PE, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, PRIMEIRA TURMA, julgado em 10/04/2018, DJe 20/04/2018) - g.n.

Ato contínuo, a matéria relativa à suposta obscuridade e, bem assim, à contrariedade aos dispositivos arrolados, à efetiva fundamentação de seu recurso e à possibilidade de reavaliação das provas dos autos foram expressamente fundamentadas pelo *decisum* recorrido, sendo obstada a sua análise pelo conjunto de fundamentos acostados à e-STJ Fls. 1508/1509, *verbis*:

*Com efeito, o recurso especial foi inadmitido em razão dos seguintes fundamentos: a) ausência de negativa de prestação jurisdicional e de deficiência de fundamentação (arts. 489 e 1.022 do CPC/15), tendo em vista os fundamentos do excerto consignado à e-STJ Fls. 1427/1428; b) incidência da Súmula 211/STJ; c) incidência da Súmula 7/STJ, considerando que "a locação do imóvel, depois de decretada a falência,*

# *Superior Tribunal de Justiça*

*supostamente feita pelo falido, é ineficaz diante da Massa Falida, que arrecadou o bem. O contrato de locação juntado na fl. 09 está datado de 1999, mas não tem firmas reconhecidas, não se sabendo sequer se é ato simulado ou de fato existiu o contrato. Mas, de qualquer modo, já na época em que pactuado, não produz efeitos perante a Massa Falida" (e-STJ Fl. 1431); d) igual incidência da Súmula 7/STJ, em harmonia com a jurisprudência desta Corte, consoante o julgado à e-STJ Fl. 1435, no que tange à adequação da imposição de multa por embargos protelatórios; e e) no tocante ao dissídio jurisprudencial, ausência de similitude fática (Súmula 7/STJ).*

*Os agravantes, no entanto, limitaram-se a tecer alegações meramente genéricas e parciais acerca dos óbices invocados, bem como a reprisar a argumentação de seu recurso especial, abstendo-se, assim, de impugnar, de forma específica e suficiente, os referidos fundamentos no caso concreto, notadamente evidenciando o efetivo prequestionamento dos dispositivos arrolados e a desnecessidade do reexame de fatos e provas, considerando as peculiaridades dispostas.*

*Frise-se que sequer fora impugnada a incidência da Súmula 7/STJ, em harmonia com o entendimento desta Corte, no que concerne à multa por embargos protelatórios, o que, por si só, inviabiliza o conhecimento recursal.*

*Saliente-se que alegações genéricas são insuficientes à impugnação da decisão de inadmissão. Nessa esteira, para viabilizar o prosseguimento do recurso interposto, a irresignação há de ser total, objetiva e pormenorizada. Não basta a impugnação genérica ou a remissão a fundamentos anteriores.*

A pretensão dos embargantes, nesse passo, é descaracterizar a incidência dos referidos fundamentos à hipótese, o que não se coaduna com a estreita via dos embargos de declaração.

O verdadeiro intento dos presentes declaratórios é a obtenção de efeito infringente, pretensão que esbarra na finalidade integrativa do recurso em tela, que não se presta à rediscussão da causa já devidamente decidida. A atribuição de efeito modificativo aos embargos é providência de caráter excepcional, incompatível com hipóteses como a dos autos, que revelam tão-somente o inconformismo da parte com o julgado.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Neste sentido:

*EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. EFEITOS INFRINGENTES. NÃO CABIMENTO. INEXISTÊNCIA DOS REQUISITOS DO ART. 1.022 E INCISOS DO CPC DE 2015. JULGADO EMBARGADO DEVIDAMENTE FUNDAMENTADO. AUSÊNCIA DE OMISSÃO OU CONTRADIÇÃO. PLEITO DE REEXAME DO JULGADO. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO REJEITADOS.*

*1. Depreende-se do artigo 1.022, e seus incisos, do novo Código de Processo Civil, que os embargos de declaração são cabíveis quando constar, na decisão recorrida, obscuridade, contradição, omissão em ponto sobre o qual deveria ter se pronunciado o julgador, ou até mesmo as condutas descritas no artigo 489, parágrafo 1º, que configurariam a carência de fundamentação válida. Não se prestam os aclaratórios ao simples reexame de questões já analisadas, com intuito de dar efeito infringente ao recurso.*

*2. No caso dos autos, nota-se que não ocorrem a omissão ou a contradição alegadas e previstas no artigo 1.022, e seus incisos, do novo CPC, pois o acórdão embargado apreciou as teses relevantes para o deslinde do caso e fundamentou sua conclusão no sentido de que não restou perfeito e acabado o ato de adjudicação e, desta forma, atingido pela decisão de recuperação judicial a atrair a competência do juízo especializado.*

*3. Embargos de declaração rejeitados. (EDcl no AgInt no AREsp 866060 / SP, Rel. Min. LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, DJ 13/09/2016, DJe 16/09/2016)*

Destarte, não podem ser acolhidos embargos de declaração que, em verdade, traduzem inconformismo com a decisão posta, pretendendo rediscutir o que já foi decidido.

**Ante o exposto, rejeito os embargos de declaração.**

Advirta-se que eventual recurso interposto contra este *decisum* estará sujeito às normas do CPC/2015 (cf. Enunciado Administrativo n. 3/STJ), inclusive no que tange à aplicação de multa (art. 1.021, § 4º, e 1.026, § 2º, do CPC/2015).

Intimem-se.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Brasília (DF), 03 de outubro de 2019.

MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO  
Relator

